

ACORDO ORTOGRÁFICO

2011

O QUE MUDOU NO
PORTUGUÊS EUROPEU

Isabel Poço Lopes
Ana Teresa Peixinho

• U C •



(Página deixada propositadamente em branco)

ACORDO ORTOGRÁFICO

— 2 0 1 1 —

O QUE MUDOU NO
PORTUGUÊS EUROPEU

Isabel Poço Lopes
Ana Teresa Peixinho



Edição

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensauc@ci.uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Vendas-online: <http://www.livrariadaimprensa.com>

Design

António Barros

Infografia

Carlos Costa

Impressão e Acabamento

Gráfica de Coimbra

ISBN

978-989-26-0126-7

ISBN Digital

978-989-26-0330-8

DOI

<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0330-8>

Depósito Legal

337715/11

© Novembro 2011, Imprensa da Universidade de Coimbra

ACORDO ORTOGRÁFICO

— 2011 —

O QUE MUDOU NO
PORTUGUÊS EUROPEU

Isabel Poço Lopes
Ana Teresa Peixinho

COIMBRA
2011

(Página deixada propositadamente em branco)

SUMÁRIO

Prefácio.....	9
Notas prévias	13
1. Unificação ortográfica da língua portuguesa: breve resenha cronológica.....	17
2. O texto do AO e as mudanças	21
2.1. As principais mudanças.....	22
2.1.1. Alfabeto • BASE I.....	23
2.1.2. Minúsculas e maiúsculas • BASE XIX.....	24
2.1.3. Consoantes mudas • BASE IV.....	26
2.1.4. Acentuação gráfica • BASE IX.....	30
2.1.5. Hífen • BASE XV, XVI E XVII	34
3. Recursos para a aplicação das regras do AO.....	39
3.1. O Portal da Língua Portuguesa.....	39
3.1.1. Vocabulário Ortográfico do Português	40
3.1.2. Lince - conversor para a nova ortografia	40
3.1.3. Vocabulário da mudança	41
3.2. Outras ferramentas disponíveis online	42
Nota final.....	45
Bibliografia.....	47

(Página deixada propositadamente em branco)

Primeira coisa simples: um acordo é, por natureza, um ato positivo, envolvendo um sentido de entendimento que importa enaltecer e não menosprezar. Segundo: um acordo não é uma dogmática unificação de procedimentos, é um encontro de vontades, fundado no reconhecimento da dignidade das partes, sem preconceitos, complexos ou reservas mentais. Terceiro: um acordo, por ser um entendimento, implica disposição para o diálogo e para abertura, não o fechamento em comportamentos autistas. Quarto: um acordo implica também o pragmatismo que leva a que se concorde no que é possível concordar, sem prejuízo de diferenças que não põem em causa o essencial da concordância. Por fim: se um acordo incide na ortografia, então reconheça-se que ele visa aquele domínio linguístico que é mais convencional e suscetível de reajustamentos rapidamente incorporados pelo uso e sobretudo pelas crianças, que são os falantes do futuro.

Carlos Reis, «Acordo Ortográfico: para além de Portugal». Comunicação lida na Audição Parlamentar sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, promovida pela Comissão de Ética, Sociedade e Cultura da Assembleia da República, em Lisboa, no dia 7 de abril de 2008 In: www.ciberduvidas.com (consultado em 11 de setembro de 2011).

Até aqui já se disse, escreveu e continua a dizer-se e a escrever quase tudo e o seu contrário sobre e contra o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa; o que importa, agora [após a sua ratificação e promulgação], é efetivamente começar a praticá-lo.

Fernando Santos Neves, *Jornal de Letras*, 14 de agosto de 2008

(Página deixada propositadamente em branco)

PREFÁCIO

O *Acordo Ortográfico – o que mudou no português europeu* revela-se um texto fundamental para “qualquer utilizador da língua portuguesa” (p.14) que pretenda usar, com rigor e coerência, as normas emanadas do novo Acordo Ortográfico (AO) da língua portuguesa. O pressuposto de que parte a sua conceção encontra-se equacionado no teor das epígrafes escolhidas, sendo certo que a dimensão pragmática é privilegiada, *ab initio*, e acaba por se manifestar ao longo do volume e no modo como as autoras perspetivam o trabalho que colocam ao serviço dos seus leitores. Com a estrutura adotada dá-se, com efeito, sequência à quarta premissa enunciada por Carlos Reis – “um acordo implica também o pragmatismo que leva a que se concorde no que é possível concordar, sem prejuízo de diferenças que não põem em causa o essencial da concordância” –, ao mesmo tempo que se torna consequente a afirmação de Fernando Santos Neves, enunciada perante o debate vivo que mereceu, nos mais diversos setores da sociedade, a aprovação do novo AO – “o que importa, agora [após a sua ratificação e promulgação], é efetivamente começar a praticá-lo”.

Assim, o Índice da obra indica, desde logo, de forma evidente, a abrangência dos conteúdos, o modo coerente da sua enunciação e, nessa sequência, a forma de utilização intuitiva do Manual. Os objetivos pragmáticos explicitados pelas autoras nas «Notas prévias» materializam-se ao longo de uma publicação que se destina preferencialmente à comunidade académica/universitária, de acordo com o sentido que a Imprensa da Universidade de Coimbra lhe pretendeu inculcar e que a obra viabiliza. Da pretensão de esclarecer dúvidas e perceber o que mudou com o AO, enunciada nas primeiras linhas, decorre o “caráter prático” (p. 16) que afasta

o texto de uma obra de matriz estritamente linguística, de uma metalinguagem autocentrada, para se radicar na função de instrumento de consulta eficaz, desenvolvido em três movimentos fundamentais.

O primeiro movimento, forçosamente breve, tende a fundamentar o quadro evolutivo da língua subjacente à opção pelo novo AO, descrevendo, por ordem cronológica, as etapas anteriores de uniformização da língua portuguesa. Sem se tornar de modo algum exaustiva, esta primeira parte torna-se cientificamente pertinente e esclarecedora para que se compreenda a lógica das alterações que virão a ser descritas de seguida. Nessa sequência, encontram-se equacionadas, na segunda parte, as principais mudanças introduzidas pelo novo AO na ortografia da norma culta do português europeu. Subentende-se, pois, pela metodologia adotada na exposição, que o Manual obedece a dois desideratos fundamentais para assegurar uma leitura esclarecedora: a informação é sistematizada em quadros acompanhados de notas explicativas claras e de exemplos expressivos (muitas vezes próximos da realidade cultural do leitor virtual) que ajudam a uma consulta ou memorização fácil das modificações introduzidas pelo AO; a formulação dos casos de mudança e sua justificação são formalizadas de acordo com critérios científicos estabelecidos com rigor e enquadrados num percurso evolutivo da língua descrito na «Breve resenha cronológica» prévia, e que se encontra explanado, em filigrana, ao longo do volume, em notas circunstanciais de maior erudição. As dúvidas que normalmente acompanham a utilização da nova grafia serão facilmente esclarecidas, ora pelos quadros divididos, de forma clara, em duas colunas – «Antes do AO»; «Depois do AO –, onde o jogo dual de formas de destaque é eficaz auxiliar de memorização, ora pela clareza insistente com que se sistematiza a demonstração da eliminação das consoantes mudas, da acentuação gráfica e do hífen.

O leitor, associado, pelo contexto implícito de publicação, à comunidade académica da UC – mas que extravasa seguramente esse quadro de receção – poderá, assim, aplicar facilmente aos

textos que virá a produzir as normas do AO, compreendendo, pelas explicações formuladas e pelo modo como são estruturadas, os objetivos que conduziram à sua adoção (“uniformização, internacionalização e simplificação”, p. 15) e a sua oportunidade no espaço da lusofonia. A este elemento estruturante do texto, associa-se, ainda, no terceiro momento do volume, a descrição exaustiva, sistematizada, esclarecedora, dos recursos disponíveis *online* para utilizar o AO e converter textos ainda não formatados de acordo com a nova fixação gráfica. O modo como se encontram hierarquizada esta informação, a explicação das diferentes funções que cada uma das ferramentas desenvolve e o esclarecimento da sua utilidade prática para a resolução dos diferentes tipos de dúvidas que o novo AO pode suscitar e com as quais o leitor se virá previsivelmente a confrontar em situações de escrita diversas, fazem deste Manual, enquadrado na matriz metodológica dos «livros de divulgação», um eficaz instrumento de consulta para um público lato e para uma comunidade que, a partir de janeiro de 2012, terá de utilizar, com correção, a nova ortografia do português europeu. Assim, as autoras conseguiram, sem rasurar o quadro de pragmatismo que norteou a composição desta obra de divulgação, dar voz à «chama plural» de Eduardo Lourenço que citam nas «Notas prévias» e que serve inequivocamente o propósito de fecho destas breves notas prefaciais: “a língua portuguesa é menos a língua que os portugueses falam, que a voz que *fala* os portugueses”.

Coimbra. 1 de dezembro de 2011

Marta Teixeira Anacleto

(Página deixada propositadamente em branco)

NOTAS PRÉVIAS

Com a entrada em vigor do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* (de agora em diante designado AO), regulamentada por Despacho do Conselho de Ministros de 25 de janeiro de 2011, tanto no sistema de ensino, como na administração pública, os falantes de Português devem escrever segundo a nova grafia. Nas escolas, a partir do início deste ano letivo, na administração pública a partir de janeiro de 2012.¹ Entretanto, os principais órgãos de comunicação social já adotaram as alterações à nova ortografia.

De acordo com a informação disponibilizada na página do Ministério da Educação:

“o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa será aplicado no sistema educativo e nas escolas portuguesas, em todas as disciplinas de todos os anos de escolaridade, a partir do início do ano lectivo de 2011/2012, em Setembro de 2011.

Os *manuals escolares* utilizarão progressivamente a nova ortografia, seguindo o ritmo das novas adopções ou quando um manual já adoptado tenha de ser reimpresso durante o seu período de vigência.

Assim, os *novos manuais a adoptar para 2011/2012 já estarão de acordo com a nova ortografia*, que, até 2014, será utilizada em todos os novos manuais adoptados”.²

Neste contexto, tem surgido um grande número de publicações, em vários suportes, umas mais rigorosas do que outras, que

¹ Cf. *Diário da República*, 1.ª série - N.º17 - 25 de janeiro de 2011.

² In: <http://www.min-edu.pt/index.php?destaque=253> (consultado em 12 de outubro de 2011).

tentam explicitar e enquadrar as novas regras da grafia. Este manual, elaborado a convite da Imprensa da Universidade de Coimbra, persegue esse mesmo objetivo, conciliando o rigor da informação com a clareza de exposição e utilizando, para o efeito, uma linguagem acessível a qualquer utilizador da língua portuguesa.

O presente manual tem como público alvo, por um lado, toda a comunidade académica da UC, em que se incluem estudantes, funcionários, professores, serviços, e, por outro, o público em geral.

Além da informação sistematizada de todas as mudanças da grafia do Português europeu, o *Acordo Ortográfico. O que mudou no Português Europeu* fornece indicações ao leitor sobre os instrumentos que lhe permitem lidar, de uma forma autónoma, com as novas regras, remetendo-o para ferramentas e recursos credíveis, disponíveis *online* e de forma gratuita, para o esclarecimento pontual de dúvidas.

Embora não seja propósito deste manual a discussão sobre as vantagens e/ou desvantagens do AO, muito menos um debate sobre prós e contras, questões que no presente são totalmente contemporâneas, convém que se esclareça o leitor sobre os fundamentos que presidiram à sua construção.

Uma das razões fundamentais, salientada na discussão pública de há dois anos, e escrita em todos os textos sobre o AO, prende-se com uma visão estratégica da política de língua, nomeadamente com a sua internacionalização: a afirmação, consolidação e diversificação da língua no cenário internacional, em funções diversas, culturais e académicas, mas também noutras utilizações – na ciência, na Internet, na tradução e interpretação, nos negócios, etc.

O Português é uma língua com disseminação planetária e falada por mais de 200 milhões de pessoas, que compõem o espaço da lusofonia. Na Europa, ele é a terceira língua em número de falantes extraeuropeus (depois do Inglês e do Espanhol, e bem à frente do Alemão, do Francês e do Italiano); em África, é a terceira língua mais falada; oito países em quatro continentes têm o Português como língua oficial; um desses países, o Brasil, é uma potência económica de considerável dimensão; e ainda: o Português é idioma de negócio e de trabalho em diversas organizações internacionais. Entre os diversos

fatores políticos e económicos que concorrem para criar obstáculos à projeção internacional do Português, a coexistência de duas normas ortográficas, a portuguesa e a brasileira, era seguramente um deles.

Embora o AO não tenha eliminado todas as diferenças entre as grafias do Português, conseguiu uma unificação normativa que é entendida como estratégica para a consolidação de grandes blocos geoculturais, ajudando a defender interesses comuns, bem como particularidades no interior desses blocos, em domínios que transcendem a língua, mas que com ela se articulam: na literatura, nos negócios, na diplomacia, nas organizações internacionais, na ciência, etc.

Um segundo argumento evocado diz respeito à simplificação da ortografia, já que o critério fundamental adotado foi o da pronúncia. Sendo este domínio apenas uma parte da língua, aquele que, por razões que não importa aqui aprofundar, exige uma aprendizagem mais morosa e complexa, a aproximação entre a escrita e a pronúncia beneficia, naturalmente, uma mais fácil aquisição das regras ortográficas. Não será mais simples explicar a uma criança de idade escolar que ótimo não necessita de um “p”? Tal como é mais fácil perceber-se por que motivo farmácia se grafa com “f” e não com “ph”, como sucedia há algumas décadas.

Uniformização, internacionalização e simplificação são, portanto, os três objetivos perseguidos pelo AO, aos quais faz remissão a resolução do Conselho de Ministros acima referida. Pesem embora as inúmeras críticas, provenientes de diversos quadrantes da sociedade portuguesa, interessa neste momento perceber que alterações foram introduzidas pelo AO.

Antes, porém, convém sublinhar que este AO não é perfeito nem o poderia ser: a língua, instituição humana, de dimensão coletiva e social, ostenta, ela própria, contradições e incoerências, que nenhum decreto pode superar ou resolver totalmente. São precisamente estas imperfeições, de natureza bem humana, afinal, que fazem da língua um sistema atrativo, potenciador da criatividade e da excentricidade. Aliás, esta humanidade da língua é um dos fatores que em muito contribui para a resistência perante a mudança: existe, na verdade, uma relação afetiva entre os falantes e a língua

que os agrega social e culturalmente. Como diz Eduardo Lourenço (Lourenço, 1999), “a língua portuguesa é menos a língua que os portugueses falam, que a voz que *fala* os portugueses”. Compreende-se que o hábito, a familiaridade que criamos com as palavras, a identificação com sons, grafemas e léxico, conduza a uma relação quase física com a língua e, conseqüentemente, com a sua ortografia. Contudo, as alterações introduzidas por este AO incidem apenas numa área específica da língua, o seu código escrito, deixando intocável um vastíssimo conjunto de subsistemas que a compõem como língua de cultura.

Além do mais, deve explicar-se que a adaptação às novas regras se fará, paulatinamente, através do contacto gradual com a “imagem” da nova grafia. A leitura de livros, de jornais, de legendas, de publicidade e de oráculos televisivos será o modo mais natural de interiorização das novas regras. Além disso, existe um vasto conjunto de instrumentos, grande parte deles de acesso gratuito, que auxiliarão os falantes a interiorizar e a compreender as mudanças. Este manual será, então, um desses instrumentos, que poderá ajudar a esclarecer dúvidas e a perceber o que de facto mudou com o AO.

Dado o seu carácter prático, e tendo em consideração a abrangência do seu público alvo, as autoras decidiram evitar, sempre que possível, reflexões de matriz linguística, metalinguagem gramatical ou vocabulário muito técnico. Embora cientes da complexidade das questões, as autoras desta publicação privilegiam a clareza e a facilidade de consulta, procurando sobretudo alguma utilidade prática. Assim, este manual não se destina a especialistas: é assumidamente um livro de divulgação.

O livro estrutura-se em três partes fundamentais. Num primeiro momento, é feita uma pequena resenha cronológica sobre as principais tentativas de uniformização da ortografia da língua portuguesa. Seguidamente, são apresentadas as principais mudanças que o AO de 1990 veio introduzir na ortografia da norma culta do português europeu. Por fim, são indicados e explicitados os recursos oficiais e outros que permitem uma aplicação segura e autónoma do AO.

1.

UNIFICAÇÃO ORTOGRÁFICA DA LÍNGUA PORTUGUESA: BREVE RESENHA CRONOLÓGICA

A tentativa de unificação ortográfica da língua portuguesa remonta a 1911. Durante todo o século XX, foram várias as tentativas de ambos os lados do Atlântico, Portugal e Brasil, para chegar a uma ortografia única, participando em muitas delas os países africanos lusófonos. Para se entender melhor o caminho percorrido até hoje, apresenta-se de seguida uma pequena resenha cronológica com os momentos de uma contenda a que Malaca Casteleiro (2009: 3) chamou “uma espécie de «guerra ortográfica» dos cem anos”.³

³ O quadro apresentado reproduz genericamente o que se apresenta no *Guia da Reforma Ortográfica*, editado pelo Complexo Educacional FMU em parceria com o Museu da Língua Portuguesa, em 2009.

- 1885 Até aqui a grafia do Português oscila entre a predominância de critérios etimológicos e fonéticos. No Brasil, Gonçalves Viana publica as *Bases da Ortografia Portuguesa*.
- 1910 Governo republicano português nomeia uma Comissão constituída por Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos, Gonçalves Viana, entre outros, para estudar a reforma da ortografia.
- 1911 Primeira Reforma Ortográfica em Portugal - tentativa de uniformizar e simplificar a escrita de algumas formas gráficas, mas que não foi extensiva ao Brasil. Portugal oficializa, com pequenas modificações, o sistema de Gonçalves Viana.
- 1915 Academia Brasileira de Letras harmoniza a sua ortografia com a portuguesa (reforma portuguesa de 1911).
- 1919 Academia Brasileira de Letras revoga a sua resolução de 1915.
- 1924 Academia de Ciências de Lisboa e Academia Brasileira de Letras começam a procurar uma grafia comum.
- 1929 Academia Brasileira de Letras altera as regras de escrita, lançando um novo sistema gráfico.
- 1931 Aprovado o primeiro Acordo Ortográfico entre Brasil e Portugal, para suprimir as diferenças, unificar e simplificar a língua portuguesa, tendo por base as propostas de Gonçalves Viana. Este acordo não é posto em prática.
- 1933 Governo brasileiro oficializa acordo de 1931.
- 1934 Constituição Brasileira revoga acordo de 1931.
- 1938 Retoma-se a reforma de 1931.
- 1943 Convenção ortográfica entre Brasil e Portugal com a publicação do Formulário Ortográfico de 1943.
- 1945 Novo Acordo Ortográfico implementado em Portugal, mas não ratificado pelo Brasil.
- 1967 Em Coimbra, no 1.º *Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea*, ilustres linguistas e filólogos de um lado e do outro do Atlântico aprovaram uma moção, na qual apelavam às instâncias competentes para resolverem a situação da dupla grafia oficial do português.
- 1971 Brasil promulga, por decreto, algumas alterações ao Acordo de 1943, reduzindo as divergências ortográficas com Portugal.
- 1973 Portugal promulga alterações, reduzindo as divergências ortográficas com o Brasil.

- 1975 | Academia das Ciências de Lisboa e Academia Brasileira de Letras elaboram novo projeto de acordo que não é aprovado oficialmente.
- 1986 | Em encontro promovido pelo Presidente José Sarney, no Rio de Janeiro, os sete países de Língua Portuguesa – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe – de onde resultaria a criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), foi apresentado o Memorando sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. O Acordo Ortográfico de 1986 é amplamente discutido e contestado pela comunidade linguística, não chegando a ser aprovado.
- 1990 | Academia das Ciências de Lisboa convoca um novo encontro, juntando uma Nota Explicativa do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Academias de Portugal e do Brasil elaboram a base do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Documento prevê a sua implementação em toda a Lusofonia no início de 1994, após depositados todos os instrumentos de ratificação de todos os Estados junto do Governo português. Assinado em 16 de dezembro de 1990, em Lisboa, o Acordo viria a ser aprovado no Brasil apenas em 1995.
- 1998 | Assinado o *Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, retirando-se do texto a data de implementação. Mantém-se, no entanto, a condição de todos os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) ratificarem as normas propostas no Acordo Ortográfico de 1990, para que este seja implementado.
- 2004 | Aprovação do *Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* em reunião dos Ministros da Educação da CPLP, realizada em Fortaleza, no Brasil. Fica determinado que basta a ratificação de três membros para que o Acordo Ortográfico possa entrar em vigor.
- 2006 | Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe ratificam o documento, possibilitando a entrada em vigor do Acordo Ortográfico de 1990.
- 2008 | Acordo Ortográfico de 1990 é aprovado por Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Brasil e Portugal. Portugal decide pôr em prática o Acordo a partir de 2010 e o Brasil, a partir de 2009.
- 2009 | Com a ratificação do Acordo Ortográfico de 1990 por parte de Portugal, dá-se início à implementação da nova reforma no nosso país. Haverá um período de transição de seis anos, iniciado a 13 de maio de 2009.

(Página deixada propositadamente em branco)

2.

O TEXTO DO AO E AS MUDANÇAS

O texto do AO⁴ está dividido em vinte e uma partes, designadas *Bases*, ou seja, princípios fundamentais que regulam as normas ortográficas da Língua Portuguesa. Conseqüentemente, nem todos estes fundamentos comportam informação nova ou alterações decorrentes do Acordo. Em cada uma destas bases, está uma explicação circunstanciada de todas as regras e exceções da ortografia da língua portuguesa. Contudo, neste manual, as autoras decidiram apenas **selecionar os aspetos que sofreram alterações com o AO, privilegiando as mudanças no português europeu.**

De todas as bases de que é constituído o texto oficial do AO, apenas introduzem alterações no nosso sistema de escrita as que de seguida se **destacam**:

BASE I: Do alfabeto e dos nomes próprios estrangeiros e seus derivados

BASE II: Do H inicial e final

BASE III: Da homofonia de certos grafemas consonânticos

BASE IV: Das sequências consonânticas

BASE V: Das vogais átonas

BASE VI: Das vogais nasais

BASE VII: Dos ditongos

BASE VIII: Da acentuação gráfica das palavras oxítonas

BASE IX: Da acentuação gráfica das palavras paroxítonas

⁴ Pode consultar o texto integral do AO no Portal da Língua Portuguesa. In: <<http://www.portaldalinguaportuguesa.org>> (consultado em 11 de setembro de 2011).

BASE X: Da acentuação das vogais tónicas/tônicas grafadas I e U das palavras oxítonas e proparoxítonas

BASE XI: Da acentuação gráfica das palavras proparoxítonas

BASE XII: Do emprego do acento grave

BASE XIII: Da supressão dos acentos em palavras derivadas

BASE XIV: Do trema

BASE XV: Do hífen em compostos, locuções e encadeamentos vocálicos

BASE XVI: Do hífen nas formações por prefixação, recomposição e sufixação

BASE XVII: Do hífen na ênclise, na tmese e com o verbo haver

BASE XVIII: Do apóstrofo

BASE XIX: Das minúsculas e maiúsculas

BASE XX: Da divisão silábica

BASE XXI: Das assinaturas e firmas

2.1. AS PRINCIPAIS MUDANÇAS

As alterações que o AO implica vão afetar 0,43% do vocabulário do português do Brasil e 1,42% do português europeu. **Contudo, essas alterações dizem apenas respeito à grafia, isto é, à forma como as palavras se escrevem**, não alterando nem a sua pronúncia, nem o seu significado. Trata-se, como o próprio nome indica, de um **Acordo Ortográfico**, incidindo apenas nesta área específica da língua. O AO, portanto, não cria nem elimina palavras, não elimina nenhuma palavra nem qualquer letra que se leia numa pronúncia culta da língua, não tem a ver com variações de uso ou significado das palavras, mas simplesmente com a forma como estas se escrevem. **O AO apenas tem implicações na grafia e não interfere, de modo nenhum, nem na gramática nem no léxico.**

As alterações introduzidas pelo AO são as seguintes:

1 - O alfabeto passa a ter mais letras;

- 2 - Algumas palavras que até agora se escreviam com letra maiúscula inicial passam a escrever-se obrigatoriamente com inicial minúscula e alarga-se o uso facultativo da minúscula e da maiúscula;
- 3 - Algumas palavras deixam de ser acentuadas graficamente;
- 4 - São eliminadas algumas consoantes mudas que já não pronunciávamos;
- 5 - A utilização do hífen é objeto de sistematização e simplificação.

Em síntese, são afetados os seguintes aspetos:

Alfabeto

Maiúscula/Minúscula

Acentuação gráfica

Consoantes mudas

Hífen

De seguida são apresentadas, explicadas e devidamente exemplificadas todas as mudanças trazidas pelo AO de 1990. Para facilitar a consulta deste manual e permitir uma rápida memorização das mudanças, são apresentados quadros com uma coluna intitulada “**Antes do AO**”, em que aparecem ~~rasuradas~~ as palavras que são objeto de alteração, e uma coluna intitulada “**Depois do AO**”, em que constam, devidamente destacadas a **negrito**, as palavras já escritas segundo a nova ortografia.

2.1.1. ALFABETO • BASE I

Com o AO, as letras **k**, **w** e **y** passam a incorporar o alfabeto da língua portuguesa. Isto significa que o nosso alfabeto passa a ter **26 letras**. Na verdade, essas letras já eram usadas em nomes estrangeiros, siglas e unidades de medida. No entanto, o seu uso não era legitimado pela norma ortográfica que se encontrava em vigor.

As novas letras são usadas em:

Antropónimos (nomes de pessoas) de línguas estrangeiras	Darwin; darwinismo; kafkiano
Topónimos (nomes de lugares) de línguas estrangeiras ⁵	Koweit
Siglas, símbolos e unidades de medida internacionais	Kg; Km; watt
Palavras de origem estrangeira de uso corrente	Yuppie; web; workshop; kimono; kit

2.1.2. MINÚSCULAS E MAIÚSCULAS • BASE XIX

As alterações no uso de letras maiúsculas e minúsculas são residuais, embora alterem palavras de uso muito frequente.

- Passa a ser **OBRIGATÓRIO** o uso da letra **MINÚSCULA** em:

	Antes do AO	Depois do AO
Nomes dos meses do ano	Janeiro, Fevereiro, Março , Abril, etc	janeiro, fevereiro, março, abril, etc
Nomes das estações do ano	Primavera, Verão, Outono , Inverno	primavera, verão, outono, inverno
Nomes dos pontos cardeais e colaterais ⁶	Norte, Sul, Este, Oeste, Noroeste, Nordeste, Sudeste, Sudoeste, etc	norte, sul, este, oeste, noroeste, nordeste, sudeste, sudoeste, etc.

⁵ Recomenda-se que estas palavras sejam substituídas por formas adaptadas à língua portuguesa, sempre que estas existam: *Genebra* em vez de *Genève*; *Antuérpia* em vez de *Anvers*; *Nova Iorque* em vez de *New York*.

⁶ **Mantém-se a maiúscula** quando estas palavras são apresentadas sob a forma de abreviatura (N, S, E, O, NO, etc), ou quando se referem a regiões. Exs: *O automóvel segue no sentido norte da autoestrada. A família Silva ia passar uns dias ao Norte.*

Estas regras não deixam de permitir que, em obras de especialidade ou em usos específicos, se utilize maiúscula inicial, por exemplo, para efeitos de destaque.

- Passa a ser **FACULTATIVO** o uso de letra **MINÚSCULA** ou **MAIÚSCULA** iniciais em:

	Antes do AO	Depois do AO
Títulos de livros (exceto o primeiro (exceto o primeiro escreve sempre com maiúscula, bem como os nomes próprios neles contidos)	<i>Amor de Perdição</i>	Amor de Perdição / Amor de p erdição
	<i>A Cidade e as Serras</i>	A Cidade e as Serras / A cidade e as s erras
	<i>O Crime do Padre Amaro</i>	O Crime do Padre Amaro / O crime do p adre Amaro
Formas de Tratamento ⁷	<i>Senhor Professor</i>	Senhor Professor / s enhor p rofessor
	<i>Primeiro-Ministro</i>	Primeiro-Ministro / p rimero- m inistro
Nomes de Santos	<i>Santa Maria</i>	Santa Maria / s anta M aria
Domínios do saber ou disciplinas	<i>Matemática</i>	Matemática / m ate- m ática
	<i>Direito</i>	Direito / d ireito
	<i>Medicina</i>	Medicina / m edicina
Lugares públicos, monumentos ou edifícios	<i>Jardim da Sereia</i>	Jardim da Sereia / j ardim da s ereia
	<i>Praça da República</i>	Praça da República / p raça da r epública

⁷ O texto oficial do AO refere que a letra minúscula é obrigatória nos axionimos (isto é, em formas de tratamento de cortesia ou expressões de reverência) (cf. Base XIX, 1.º, f), pelo que se deve escrever *senhor professor* e *senhor doutor* com inicial minúscula. No entanto, o mesmo texto considera igualmente o uso facultativo da maiúscula “em palavras usadas reverencialmente, aulicamente ou hierarquicamente”. Assim sendo, por uma questão de estilo, formas como *senhor professor* e *senhor doutor* podem escrever-se com maiúscula inicial para efeitos de destaque, reverência ou outros.

2.1.3. CONSOANTES MUDAS • BASE IV

Uma das principais alterações que o AO trouxe à ortografia da língua portuguesa foi a eliminação das consoantes mudas em sequências consonânticas, isto é, as consoantes que não pronunciamos. Estas consoantes, há muito eliminadas na norma culta brasileira, têm-se conservado na nossa ortografia por razões etimológicas⁸. Agora, tendo como critério a pronúncia, o AO regulamenta a sua supressão gráfica. Pelo mesmo critério, e tendo em conta a variação na pronúncia, admite-se ainda a dupla grafia (eliminação ou conservação) nos casos em que existam divergências de articulação.

Assim, considerando o espaço do português europeu, nas sequências consonânticas interiores <-cc->, <-cç->, <-ct->, <-pc->, <-pç-> e <-pt->:

- as consoantes <c> e <p> **ELIMINAM-SE** nos casos em que são invariavelmente mudas, isto é, nos casos em que não são pronunciadas:

Antes do AO	Depois do AO
<-cc->	<-c->
<i>abstraccionismo</i>	<i>abstracionismo</i>
<i>accionar</i>	<i>acionar</i>
<i>fracccionar</i>	<i>fracionar</i>
<i>seleccionar</i>	<i>selecionar</i>
<-cç->	<-ç->
<i>accção</i>	<i>ação</i>
<i>colecção</i>	<i>coleção</i>
<i>direcção</i>	<i>direção</i>
<i>objecção</i>	<i>objeção</i>

⁸ A supressão das consoantes mudas já tinha sido combinada entre Portugal e Brasil em 1931, mas nunca chegou a ser implementada no nosso país.

<-ct->	<-t->
<i>act</i> o	<i>ato</i>
<i>act</i> or	<i>ator</i>
<i>afect</i> ivo	<i>afetivo</i>
<i>direct</i> or	<i>diretor</i>
<-pc->	<-c->
<i>excep</i> cional	<i>exce</i> cional
<i>decep</i> cionante	<i>dece</i> cionante
<i>percep</i> cionar	<i>perce</i> cionar
<i>recep</i> cionista	<i>rece</i> cionista
<-pç->	<-ç->
<i>acep</i> ção	<i>ace</i> ção
<i>adop</i> ção	<i>ado</i> ção
<i>concep</i> ção	<i>conce</i> ção
<i>intercep</i> ção	<i>interce</i> ção
<-pt->	<-t->
<i>adop</i> tar	<i>adot</i> ar
<i>bapt</i> izar	<i>bat</i> izar
<i>contracep</i> tivo	<i>contracet</i> ivo
<i>ópt</i> imo	<i>óti</i> mo

As palavras afetadas por esta supressão representam apenas 0,54% do vocabulário geral da nossa língua, isto é, pouco mais de 600 palavras num universo de 110 000⁹. A pouca representatividade quantitativa corresponde, no entanto, a uma alta representatividade qualitativa, já que as palavras afetadas pela eliminação gráfica das consoantes não pronunciadas são de uso muito frequente.

⁹ Cf. ponto 4.1. da *Nota explicativa do acordo ortográfico da língua portuguesa* (1990). In: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/index.php?action=acordo&version=1990b> (Consultado em 15 de setembro de 2011).

- as consoantes <c> e <p> **ELIMINAM-SE ou CONSERVAM-SE, FACULTATIVAMENTE**, quando houver oscilação de pronúncia, isto é, nos **casos em que podem ser ou não pronunciadas**¹⁰:

Antes do AO	Depois do AO
<ce> <i>interseccionismo</i> <i>perfeccionismo</i>	<cc> ou <c> <i>interseccionismo</i> ou <i>interseccionismo</i> <i>perfeccionismo</i> ou <i>perfeccionismo</i>
<ce> <i>intersecção</i>	<cc> ou <c> <i>intersecção</i> ou <i>intersecção</i>
<ct> <i>acupunctura</i> <i>carácter</i> <i>caracteres</i> <i>característica</i> <i>dactilografia</i> <i>espectador</i> <i>espectro</i> <i>sectorização</i> <i>vector</i>	<ct> ou <t> <i>acupunctura</i> ou <i>acupuntura</i> <i>carácter</i> ou <i>caráter</i> <i>caracteres</i> ou <i>carateres</i> <i>característica</i> ou <i>caraterística</i> <i>dactilografia</i> ou <i>datilografia</i> <i>espectador</i> ou <i>espetador</i> <i>espectro</i> ou <i>espetro</i> <i>sectorização</i> ou <i>setorização</i> <i>vector</i> ou <i>vetor</i>
<pc>	<pc> ou <c> <i>Não há registo</i> ¹¹
<pç>	<pç> ou <p> <i>Não há registo</i> ¹²
<pt> <i>apocalíptico</i> <i>céptico</i> <i>conceptual</i> <i>sumptuoso</i>	<pt> ou <t> <i>apocalíptico</i> ou <i>apocalítico</i> <i>céptico</i> ou <i>cético</i> <i>conceptual</i> ou <i>conceitual</i> <i>sumptuoso</i> ou <i>suntuoso</i>

¹⁰ O *Vocabulário Ortográfico do Português* (VOP) (cf. 3.1.1. deste manual) regista todos estes casos de dupla grafia.

¹¹ Para as seqüências consonânticas <-pc->, <-pç->, o VOP não apresenta qualquer exemplo de dupla grafia para o português europeu.

¹² Cf. nota anterior.

Estes casos de variação não são caso único na língua portuguesa. Basta pensar em exemplos como *ameixeira / ameixoeira / ameixeira, ouro / oiro, parênteses / parêntesis, xaile / xale*, entre outros.

De qualquer forma, o número de palavras em que se verifica dupla grafia é de cerca de 0,5% do vocabulário geral da língua. Trata-se, mais uma vez, de um número pouco significativo de palavras (perto de 575 em cerca de 110 000), mas, tal como na regra anterior, palavras de uso muito frequente.¹³

Em todos os raros casos de eliminação do <p> nas sequências <-mpc->, <-mpç-> e <-mpt->, o <m> passa a <n>, já que deixa de se escrever antes de <p>:

Antes do AO	Depois do AO
<i>consumptível</i>	<i>consuntível</i>
<i>peremptório</i>	<i>perentório</i>

- As consoantes <c> e <p> **conservam-se** nos casos em que são **invariavelmente pronunciadas** em todo o espaço geográfico da língua portuguesa:

*adepto - aptidão - apto - bactéria - capcioso - compacto -
convicção - convicto - corrupção - egípcio - erupção - eucalipto -
faccioso - ficção - ficcional - friccionar - núpcias - opção -
opcional - pacto - pictural - rapto - sucção*

NOTA: As consoantes <c> e <p> **conservam-se** também nos **topónimos, antropónimos e nomes de empresas, sociedades, marcas ou títulos**, para ressalva de direitos legais:¹⁴

Baptista, Optimus, Victor

¹³ Cf. ponto 4.1. da *Nota explicativa do acordo ortográfico da língua portuguesa* (1990). In: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org> (consultado em 15 de setembro de 2011).

¹⁴ Cf. Base XXI do texto oficial do AO. Estas palavras podem, no entanto, ser adaptadas a nova ortografia, desde que os seus “proprietários” assim o entendam.

2.1.4. ACENTUAÇÃO GRÁFICA¹⁵ • BASE IX

Com o AO de 1990, poucas alterações foram introduzidas nas regras da acentuação gráfica, sendo também em número reduzido as palavras afetadas pelas mudanças que as novas regras implicam. Assim:

- **ELIMINA-SE o acento agudo ou circunflexo** nas palavras graves - paroxítonas - (isto é, acentuadas na penúltima sílaba), com vogal tónica aberta ou fechada, que são homógrafas (isto é, que apenas se distinguem pela acentuação gráfica) de palavras proclíticas (palavras que não têm acentuação própria):

Antes do AO	Depois do AO
<i>pára</i> (forma do verbo <i>parar</i>) vs. <i>para</i> (preposição)	<i>para</i>
<i>péla(s)</i> (nome ¹⁶ e forma do verbo <i>pelar</i>) vs. <i>pela(s)</i> (contração de <i>por + a(s)</i>)	<i>pela(s)</i>
<i>pêlo</i> (forma do verbo <i>pelar</i>) vs. <i>pêlo</i> (nome) vs. <i>pelo(s)</i> (nome e contração de <i>por + o(s)</i>)	<i>pelo</i>
<i>pêra</i> (nome) vs. <i>pera</i> ¹⁷ (preposição arcaica)	<i>pera</i>
<i>pêro</i> (nome) vs. <i>pero</i> ¹⁸ (preposição arcaica)	<i>pero</i>
<i>pólo</i> (nome) vs. <i>pelo(s)</i> ¹⁹ (contração antiga e popular de <i>por + los</i>)	<i>polo</i>

¹⁵ A acentuação tem em português várias funções: pode marcar a tonicidade, isto é, destacar uma sílaba das outras, pela força articulatória com que a produzimos, como acontece, por exemplo, em *mágico* ou *café*; pode servir para indicar o timbre da vogal (fechado ou aberto), como em *fê* vs. *fé*; pode ainda servir para desambiguar palavras homógrafas, isto é, palavras que de outra forma não se distinguiriam, na sua grafia, como, por exemplo, *pôr* vs. *por*. Por estas razões, a acentuação gráfica é um dos aspetos da ortografia mais difíceis de uniformizar.

¹⁶ Ex: *O jogo da pela é muito antigo.*

¹⁷ Ex: “E porque nos [nom] somos abastante pera compridamente louvar (...)” (Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*).

¹⁸ Ex: “E este D. Pay Goterres, pero era leigo, foi abbade (...)” *Livros de Linhagens*.

¹⁹ Ex: “Muitos caíam e ficavam mortos e sem sepultura polos caminhos (...)”

Nestes casos, será o contexto a permitir esclarecer o significado das palavras. Na verdade, estamos a falar de pares de palavras cujos elementos pertencem a classes distintas, pelo que não será difícil compreender o seu significado em função do contexto:

Ex: *Sempre que vai **para** Lisboa, **para** em Santarém.*

***Pelo** caminho, encontrei um gato de **pelo** macio.*

- **ELIMINA-SE** o acento circunflexo que assinalava a vogal tónica fechada em palavras graves:

Antes do AO	Depois do AO
<i>êa</i> (forma do verbo <i>coar</i>)	<i>coa</i>

NOTA: Conserva-se, no entanto, o acento circunflexo desambiguizador em:

<i>pôde</i> (3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo)	<i>pode</i> (3ª pessoa do singular do presente do indicativo)
--	--

e também em:

<i>pôr</i> (verbo)	<i>por</i> (preposição)
-----------------------	----------------------------

- Passa a ser **FACULTATIVO**²⁰ o uso do **acento circunflexo** em:

Antes do AO	Depois do AO
<i>dêmos</i> (1ª pessoa do plural do presente do conjuntivo)	<i>dêmos</i> ou demos (1ª pessoa do plural do presente do conjuntivo)

(Frei Luís de Sousa, *Os Anais de D. João III*).

²⁰ Assumimos aqui a facultatividade do acento agudo nestas formas, apesar de o texto do AO ser omissivo sobre a distribuição regional de pares de formas facultativas. A nossa opção baseia-se nos seguintes argumentos: i) as alterações introduzidas pelo AO tiveram como critério fundamental a pronúncia; ii) no espaço geográfico de Portugal estão atestadas as duas formas; iii) O VOP assume a dupla grafia sem associar a nenhuma das formas um espaço geográfico específico.

vs. <i>demos</i> (1ª pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo)	vs. <i>demos</i> (1ª pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo)
<i>fôrma</i> (nome)	<i>fôrma</i> ou forma (nome)
vs. <i>forma</i> (3ª pessoa do singular do presente indicativo)	vs. <i>forma</i> (3ª pessoa do singular do presente indicativo)

- Passa também a ser **FACULTATIVO** assinalar com **acento agudo** as **formas verbais do pretérito perfeito do indicativo dos verbos da primeira conjugação** (terminados em <-ar>)²¹:

Antes do AO	Depois do AO
<i>amámos</i> (1ª pessoa do plural do pretérito perfeito)	<i>amámos</i> ou amamos (1ª pessoa do plural do pretérito perfeito)
vs. <i>amamos</i> (1ª pessoa do plural do presente indicativo)	vs. <i>amamos</i> (1ª pessoa do plural do presente indicativo)

- **ELIMINA-SE o acento agudo** no ditongo <oi> **quando este é sílaba tónica de palavras graves**²²:

Antes do AO	Depois do AO
<i>asteróide</i>	<i>asteroide</i>
<i>espermatozóide</i>	<i>espermatozoide</i>
<i>bóia</i>	<i>boia</i>
<i>heróico</i>	<i>heroico</i>
<i>intróito</i>	<i>introito</i>
<i>jóia</i>	<i>joia</i>
<i>jibóia</i>	<i>jiboia</i>
<i>paranóico</i>	<i>paranoico</i>

²¹ Cf. nota anterior.

²² Palavras como *comboio*, *dezoito* e *boina* já não tinham acento antes do AO.

Nota: Esta regra apenas se aplica às palavras graves; as palavras agudas (isto é, acentuadas na última sílaba), terminadas no ditongo <oi> continuam a escrever-se com acento gráfico:

corrói - destrói - dói - herói

- **ELIMINA-SE o acento circunflexo nas formas verbais terminadas em <eem>**, que correspondem à 3ª pessoa do plural do presente do indicativo ou do conjuntivo:

Antes do AO	Depois do AO
<i>crêem</i> (do verbo crer)	<i>creem</i>
<i>dêem</i> (do verbo dar)	<i>deem</i>
<i>lêem</i> (do verbo ler)	<i>leem</i>
<i>vêem</i> (do verbo ver)	<i>veem</i>

Podem naturalmente acrescentar-se a estes exemplos todas as formas derivadas dos verbos acima referidos, como, por exemplo, **descreem, desdeem, reveem ou releem** (dos verbos *descreer, desdar, reler e rever*).

- **ELIMINA-SE o acento agudo na vogal tónica grafada <u>** das terminações verbais *que - ques - quem; gue - gues - quem; gui- guis - guim; qui - quis*:

Antes do AO	Depois do AO
<i>adequêe, adequêes, adequêem</i>	<i>adeque, adeques, adequem</i>
<i>obliquêe, obliquêes, obliquêem</i>	<i>oblique, obliques, obliquem</i>
<i>averigúees, averigúee, averigúeem</i>	<i>averigues, averigüe, averiguem</i>
<i>argúeis, argúei, argúeem</i>	<i>arguis, argui, arguem</i>
<i>redargúeis, redargúei, redargúeem</i>	<i>redarguis, redargui, redarguem</i>
<i>delinqúeis, delinqúei, delinqúeem</i>	<i>delinquis, delinqui, delinquem</i>

2.1.5. HÍFEN • BASE XV, XVI E XVII

O AO clarifica e sistematiza algumas regras que presidem ao uso do hífen. As mudanças que se registam apenas afetam as palavras que incluem unidades não autónomas, palavras que se associam a outras palavras e, por fim, as formas monossilábicas do verbo *haver*.

Assim, com o AO, a presença do hífen em formações compostas de unidades não autónomas²³, isto é, palavras que não são independentes (*agro* em *agroindustrial*), e palavras independentes (*industrial* em *agroindustrial*), torna-se mais restrita e as regras que determinam o seu uso mais sistemáticas. Pode-se dizer que, de um modo geral, em grande parte das situações, deixa de se usar hífen nestas formações:

Antes do AO	Depois do AO
<i>agro-industrial</i>	agroindustrial
<i>anti-aéreo</i>	antiaéreo
<i>auto-estrada</i>	autoestrada
<i>contra-indicação</i>	contraindicação
<i>extra-escolar</i>	extraescolar
<i>hidro-eléctrico</i>	hidroelétrico
<i>pluri-anual</i>	plurianual
<i>semi-recta</i>	semirreta
<i>sub-aquático</i>	subaquático

- Nas formações em que a **unidade não autónoma termina em vogal e a palavra começa com <r-> ou <s->**, os dois elementos **fundem-se sempre, com duplicação do r ou do s**:

²³ Esta designação abrange aqui prefixos (como *extra*, *hiper*, *intra*, *etc.*) e falsos prefixos (como *eletro*, *hidro*, *etc.*).

Antes do AO	Depois do AO
<i>anti-religioso</i>	antirreligioso
<i>bio-ritmo</i>	biorritmo
<i>extra-regular</i>	extrarregular
<i>infra-som</i>	infrassom
<i>mini-saia</i>	minissaia
<i>semi-recta</i>	semirreta

A regra geral da aglutinação regista as seguintes exceções:

- **SEPARAM-SE** com hífen das palavras a que se associam as unidades não autónomas, quando:

Antes do AO	Depois do AO
- a palavra a que se ligam começa por <h>	
<i>anti-higiénico</i>	<i>anti-higiénico</i>
<i>super-herói</i>	<i>super-herói</i>
• Exceto nos casos em que as unidades não autónomas são <des->, <in-> e <re->	
<i>desumano</i>	<i>desumano</i>
<i>inábil</i>	<i>inábil</i>
<i>reaver</i>	<i>reaver</i>
- terminam com a mesma letra que inicia a palavra a que estão ligadas	
<i>auto-observação</i> ²⁴	<i>auto-observação</i>
<i>contra-almirante</i>	<i>contra-almirante</i>
<i>sobreexploração</i>	<i>sobre-exploração</i> ²⁵
• Exceto nos casos em que as unidades não autónomas são <co->, <pre-> ou <re->	
<i>cooperante</i>	<i>cooperante</i>
<i>preencher</i>	<i>preencher</i>
<i>reescrita</i>	<i>reescrita</i>

²⁴ Note-se que, no caso de uma palavra como *autoestrada*, a unidade não autónoma aglutina, porque termina com uma letra diferente daquela por que se inicia a palavra à qual se associa.

²⁵ Este caso contraria a ideia de que, com o AO, a regra geral é para aglutinar, isto é, suprimir o hífen. Na verdade, há alguns casos em que passa a separar-se aquilo que até agora se aglutinava.

- terminam em , <d>, <n>, ou <m> e da aglutinação resulta uma leitura indesejada²⁶

<i>ab-reptício</i>	<i>ab-reptício</i>
<i>ad-rogar</i>	<i>ad-rogar</i>
<i>pan-americano</i>	<i>pan-americano</i>
<i>circum-navegação</i>	<i>circum-navegação</i>

- são *sota*, *sota*, *vice*, *vizo*, *grão*, *grã* ou *ex-* (com sentido de anterioridade)

<i>vice-presidente</i>	<i>vice-presidente</i>
<i>grão-duque</i>	<i>grão-duque</i>
<i>grã-duquesa</i>	<i>grã-duquesa</i>
<i>ex-marido</i>	<i>ex-marido</i>

- são acentuadas graficamente

<i>pré-primária</i>	<i>pré-primária</i>
<i>pró-revolucionário</i>	<i>pró-revolucionário</i>
<i>pós-modernismo</i>	<i>pós-modernismo</i>

- se juntam a um estrangeirismo, a um nome próprio ou a uma sigla ou acrónimo

<i>anti-apartheid</i>	<i>anti-apartheid</i>
<i>anti-Europa</i>	<i>anti-Europa</i>
<i>anti-GPS</i>	<i>anti-GPS</i>

- **ELIMINA-SE o hífen nas locuções** (formações compostas por unidades autónomas - **palavra + palavra**) **que exercem a função de nome**²⁷, estejam ou não ligados por preposição ou qualquer outro elemento: (*fim* + (*de*) + *semana* → *fim de semana*)²⁸:

²⁶ Entenda-se por leitura indesejada uma articulação difícil ou estranha.

²⁷ Já não se usava hífen nas locuções adjetivas: *cor de café com leite*; pronominais: *quem quer que seja*; adverbiais: *depois de amanhã*; prepositivas: *acima de*; e conjuncionais: *a fim de, visto que*. Trata-se agora de generalizar a supressão do hífen às locuções nominais.

²⁸ A formação *cor-de-rosa* é considerada explicitamente pelo texto oficial do AO uma exceção “consagrada pelo uso” à eliminação geral dos hifenes em locuções (cf. Base XV, 6.º). Não obstante, segundo o VOP, a grafia sem hífen é aceite, tal como acontece em combinações idênticas, como, por exemplo, *cor de laranja* ou *cor de vinho*. Reconhecemos, contudo, que, a este nível, o Acordo não é totalmente explícito. Inclusive, o 1.º Artigo da Base XV dita o emprego do hífen em palavras como: *arco-íris, guarda-chuva, primeiro-ministro, segunda-feira*, etc. Sempre que surjam dúvidas, aconselha-se a consulta de um dos instrumentos indicados no último capítulo deste manual.

Antes do AO	Depois do AO
<i>caminho-de-ferro</i>	<i>caminho de ferro</i>
<i>cartão-de-visita</i>	<i>cartão de visita</i>
<i>dia-a-dia</i>	<i>dia a dia</i>
<i>fim-de-semana</i>	<i>fim de semana</i>
<i>maça-de-adão</i>	<i>maça de Adão²⁹</i>
<i>mão-de-obra</i>	<i>mão de obra</i>
<i>mulher-a-dias</i>	<i>mulher a dias</i>

- **Usa-se o hífen** em nomes compostos que designam espécies botânicas e zoológicas, estejam ou não ligados por preposição ou qualquer outro elemento:

fava-de-santo-inácio; abóbora-menina; alface-batávia; alho-porro; andorinha-do-mar; couve-flor; erva-cidreira

- **ELIMINA-SE** o hífen nas ligações da **preposição de** às **formas monossilábicas** do verbo **haver**:

Antes do AO	Depois do AO
<i>hei-de</i>	<i>hei de</i>
<i>hás-de</i>	<i>hás de</i>
<i>hã-de</i>	<i>hã de</i>

Esta alteração explica-se pelo facto de se tratar de uma forma verbal seguida de uma preposição, ao contrário do que sucede com os pronomes clíticos, separados dos verbos por hífen (*dá-me; dá-lo-ei*).

De resto, a supressão do hífen, nestas formas, apenas elimina uma exceção, pois uniformiza a grafia de algumas formas do verbo *haver* com as suas restantes formas: *hавemos de, hавeis de* ou *haveriam de*, assim como as formas monossilábicas de outros verbos que seleccionam uma preposição, como *sais de* ou *vem de*.

²⁹ Neste caso, a palavra *Adão* passa a escrever-se com letra maiúscula.

(Página deixada propositadamente em branco)

3.

RECURSOS PARA A APLICAÇÃO DAS REGRAS DO AO

Para lidar de forma expedita e autónoma com as novas regras que acabámos de explicar, apresentamos, de seguida, os principais recursos que estão disponíveis de forma gratuita e que garantem credibilidade, pois assentam numa interpretação homogénea, ainda que nem sempre isenta de dúvidas, do documento legal do AO.

3.1. O PORTAL DA LÍNGUA PORTUGUESA

O Portal da Língua Portuguesa constitui um interface, que tem vindo a ser desenvolvido pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, disponibilizando um conjunto de recursos linguísticos (Fig. 1) a todos os falantes da Língua Portuguesa que pretendam esclarecer dúvidas e habituar-se às novas regras da grafia.

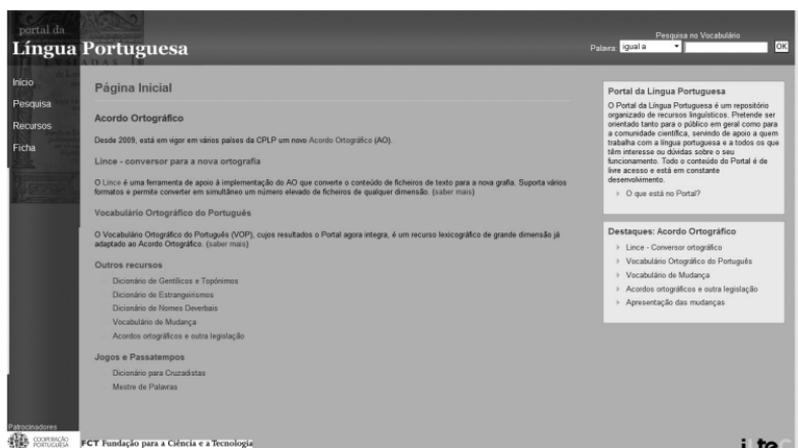


Fig. 1

3.1.1. VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DO PORTUGUÊS

O **Vocabulário Ortográfico do Português (VOP)**, elaborado pelo Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC) e disponível no Portal da Língua Portuguesa (<<http://www.portaldalingua-portuguesa.org>>), foi oficializado, juntamente com o conversor Lince (cf. *infra*), como instrumento legal para aplicação do acordo ortográfico, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º8/2011, pp. 488-489, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 17, de 25 de janeiro de 2011.

O VOP é uma base de dados lexical, constituída por 210 000 entradas lexicais. Oferece várias informações como: i) flexão completa de todas as palavras (1,5 milhões de formas); ii) informação derivacional e relacional (35 mil relações entre entradas); iii) divisão silábica e marcação de sílaba tónica; iv) integração de neologismos; v) identificação de estrangeirismos; vi) identificação de gentílicos e topónimos. Por outras palavras, esta base de dados contém, portanto, muita informação útil, como, por exemplo, informação sobre o género e o número dos nomes e dos adjetivos, bem como as conjugações dos verbos, informação sobre a classe das palavras, a sua divisão silábica, a identificação da sílaba tónica, as relações que existem entre as palavras, entre outra informação.

3.1.2. LINCE - CONVERSOR PARA A NOVA ORTOGRAFIA

Por forma a facilitar a conversão rápida e simultânea do conteúdo de ficheiros de texto escritos para a nova ortografia, existe o *Lince*, uma ferramenta gratuita desenvolvida pelo ILTEC. É possível fazer o download do Lince, para Windows, Mac e Linux (**Fig. 2**), a partir do *Portal da Língua Portuguesa*. Este software suporta vários formatos e permite converter em simultâneo um número elevado de ficheiros de qualquer dimensão.

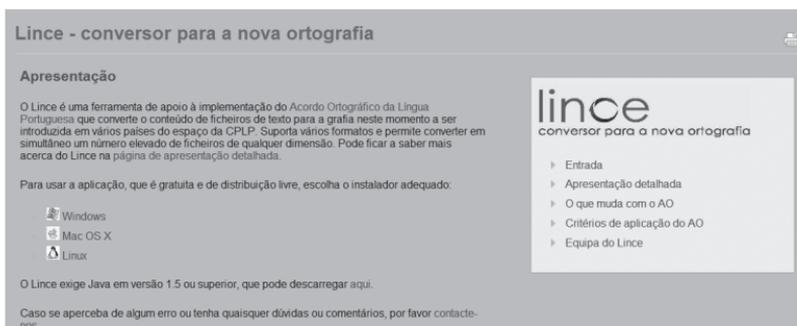


Fig. 2

3.1.3. VOCABULÁRIO DA MUDANÇA

O **Vocabulário da Mudança** constitui uma base de dados que contém todas as palavras que se passam a escrever de maneira diferente, indicando-se para cada uma delas: i) a grafia antiga em português europeu (PE); ii) a grafia antiga em português do Brasil (PB); iii) a nova grafia e iv) comentários sobre o que se recomenda para ambas as variantes do português (**Fig. 3**).³⁰

Vocabulário de Mudança			
Lista das palavras da MorDebe cuja grafia muda com o Acordo de 1990			
voltar ao índice			
a b c d e f g h i j k l m n o p q r s t u v w x y z			
Ortografia Antiga (PE)	Ortografia Antiga (PB)	Ortografia Nova	Notas
faca-de-mato	faca-de-mato	faca de mato	
facaneia	facaneia	facaneia	
facção	facção, facção	facção, facção	facção não é aconselhável em Portugal
faccionar	faccionar, faccionar	faccionar, faccionar	Na prática, a situação anterior não muda
faccionária	faccionária, faccionária	faccionária, faccionária	Na prática, a situação anterior não muda
faccionário	faccionário, faccionário	faccionário, faccionário	Na prática, a situação anterior não muda

Fig. 3

³⁰ Acontece, porém, que em alguns casos há informações que não coincidem com o que está previsto no texto oficial do AO. É disso exemplo o caso da ortografia da locução *água-de-colónia*, referida como uma exceção à eliminação do hífen nas locuções, por se tratar de uma forma consagrada pelo uso, mas apresentada como uma das palavras que sofreu alteração – *água de Colónia*. (Cf. *Vocabulário da Mudança* (consultado em 30 de setembro de 2011).

Para pesquisar neste dicionário, basta usar o quadro que se encontra à esquerda da página principal do *Vocabulário da Mudança* (Fig. 4):

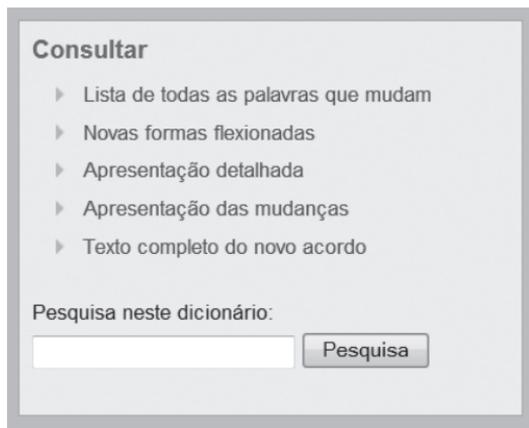


Fig. 4

3.2. OUTRAS FERRAMENTAS DISPONÍVEIS ONLINE

O *Priberam*, dicionário online da língua portuguesa, propriedade da Porto Editora, disponibiliza *online* de forma gratuita um conversor que permite a conversão automática de um texto ou de uma parte selecionada de um texto, tanto para português europeu quanto para português do Brasil, para a nova ortografia segundo o AO.³¹ A partir da janela disponível no ecrã (Fig. 5), qualquer utilizador pode digitar as palavras ou as frases (até ao limite de 3000 caracteres) que pretende converter, selecionar a variedade de português em que estas estão escritas e visualizar as modificações propostas.

³¹ In: <http://www.flip.pt/FLiP-On-line/Conversor-para-o-Acordo-Ortografico.aspx> (consultado em 17 de setembro de 2011).



Fig. 5

Para permitir um conhecimento, de forma mais sistemática e fácil, de todas as regras da nossa ortografia (as que mudaram, mas também as que não mudaram), na página do *Priberam*, é apresentado o texto do acordo de 1990 dividido nas suas bases, às quais se pode aceder pelo menu lateral do lado esquerdo ou pelo índice. A grande vantagem deste recurso é que, em cada base, é possível consultar a(s) base(s) correspondente(s) do texto do acordo de 1945, o que naturalmente permite verificar mais facilmente as alterações introduzidas pelo AO de 1990.

Não poderíamos deixar de reservar um espaço para o Itunes University, plataforma que reúne as mais prestigiadas Universidades do Mundo, entre as quais a Universidade de Coimbra, a primeira universidade de língua portuguesa a integrar este espaço virtual. Aqui, pode-se encontrar uma coleção, precisamente denominada «Acordo Ortográfico», constituída por quatro episódios de vinte minutos, em que uma das autoras deste manual explica sumariamente as principais alterações introduzidas pelo AO. Para aceder ao Itunes University, visite: <http://www.uc.pt/itunesU>.

(Página deixada propositadamente em branco)

NOTA FINAL

O manual *Acordo Ortográfico. O que mudou no Português Europeu* tentou apresentar, de forma tão clara, rigorosa e fidedigna quanto possível, todas as alterações que o AO de 1990 trouxe à ortografia do português europeu.

Em algumas situações foi necessário fazer opções, dado que o texto oficial do AO não prevê soluções para todos os casos. Estas opções foram tomadas e explicitadas em notas de rodapé, tendo sempre por base a comparação entre a letra do texto oficial do AO e o VOP. Tememos que, estando o VOP apenas disponível para consulta na internet e não havendo atualmente publicação em suporte físico, nem um histórico das alterações introduzidas, as observações feitas neste manual a propósito desse recurso e do que ele contém, bem como das opções que o confronto com ele permitiu fazer, possam facilmente perder atualidade.

Contudo, entendemos, como explicámos no texto introdutório a este Manual, que um dos fascínios da língua portuguesa é a sua imperfeição. Mesmo numa área tão codificada como a ortografia, será um desafio encontrarmos espaços em branco, que nos permitem um constante confronto com o funcionamento real da língua, uma permanente reflexão sobre a sua lógica.

Finalmente, como professoras de língua portuguesa, não podemos deixar de tornar bem clara a mensagem: a correção da escrita, o uso do “bom português” não dependem apenas do maior ou menor domínio da sua ortografia. Se a “ortografia também é gente”, nas palavras de Bernardo Soares, a construção escrita do pensamento é algo de muito mais amplo e complexo, que exige de todos nós um domínio de outros códigos e regras que transcendem

o âmbito da ortografia. Como dissemos na introdução deste manual, esta é apenas uma área da língua portuguesa, instituição social, cultural e política muito mais rica, abrangente e complexa. Será na riqueza lexical, sintática e semântica, na sua diversidade normativa, na multiplicidade de pronúncias, que devemos procurar a marca da nossa identidade cultural e do nosso sentido de comunidade.

BIBLIOGRAFIA

- Acordo Ortográfico. As novas regras - Todas as palavras que mudam.* Porto: Porto Editora.
- BERGSTROM**, Magnus e **REIS**, Neves (2011). *Prontuário ortográfico e guia da língua portuguesa*. 50.ª ed. Alfragide: Casa das Letras.
- CASTELEIRO**, João Malaca e Pedro Dinis Correia (2009). *Atual - o novo acordo ortográfico*. 4.ª ed., Lisboa: Texto Editores.
- CASTELEIRO**, João Malaca (2009). *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. Porto: Porto Editora. Disponível online, gratuito, em www.infopedia.pt.
- CORREIA**, Margarita (coord.) (2010). *Vocabulário ortográfico do português*. Lisboa: Instituto de Linguística Técnica e Computacional. Disponível em <http://www.portaldalinguaportuguesa.org>.
- ESTRELA**, Edite *et alii* (2011). *Saber usar a nova ortografia*. Carnaxide: Objectiva.
- FEYTOR PINTO**, Paulo (2009). *Novo acordo ortográfico da língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- GOMES**, Francisco Álvaro (2008). *O acordo ortográfico*. Porto: Edições Flumen, Porto Editora.
- LOURENÇO**, Eduardo (1999). "A Chama Plural". In: *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva.
- MOREIRA**, Vasco e **PIMENTA**, Hilário (2011). *Gramática de português - 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário*. Porto: Porto Editora.
- SARDINHA**, Leonor e **RAMOS**, Lúcia Vieira (2009). *Prontuário ortográfico e conjugação de verbos*. Lisboa: Didáctica Editora.

I
IMPRESSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U